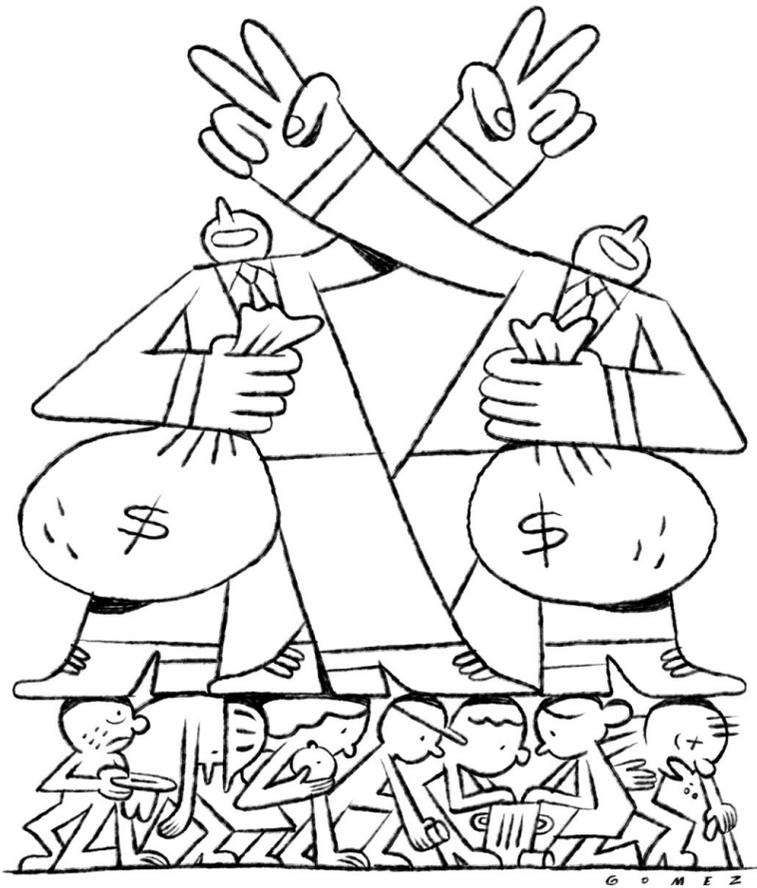


Orçamento e inflação



» SACHA CALMON
Advogado

Raphael Di Cunto, de Brasília, nos fornece preciosas informações: “A Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso aprovou ontem o parecer preliminar ao projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2022 mantendo brechas para o uso político das “emendas de relator” apesar da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de suspender o pagamento. A votação destrava os prazos para discussão dos relatórios setoriais e estabelece as regras para modificações no projeto.

— O parecer final deve ser votado semana que vem, até dia 17, pelo Congresso. Os parlamentares rejeitaram todas as emendas apresentadas pelos partidos ao parecer na hora da votação, em votações simbólicas. A maior parte das emendas visava restringir as emendas de relator, com a redução do volume de recursos previstos ou a limitação a ajustes técnicos.

No parecer preliminar, o relator, deputado Hugo Leal (PSC-RJ), destinou apenas R\$ 1,2 bilhão para as emendas que serão feitas por ele, com um corte linear de 6% nos demais gastos. O valor destinado às emendas de relator é inferior ao das emendas parlamentares individuais, que terão um total de R\$10,5 bilhões, mas ele destacou que isso poderá ser elevado até a votação do parecer final, até um máximo de quase R\$17 bilhões.

As emendas são alterações feitas na LOA para destinar recursos para obras e compra de equipamentos para as bases eleitorais de deputados e senadores. Com o nosso dinheiro, uma falta de vergonha. O relator coloca R\$ 1,6 bilhão para emenda de RP9. “Não

podemos deixar essa questão em aberto. Queria apelar para os presidentes do Senado e da Câmara para que tomem uma decisão, porque, se não, vai comprometer o resultado do trabalho que está sendo feito aqui”, disse na sessão. À noite, a ministra Rosa Weber, do STF, liberou o uso das emendas.

O deputado Hildo Rocha (MDB-MA) protestou que o dinheiro será controlado pelos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). “O presidente da Câmara, Arthur Lira, usa o dinheiro para entregar para quem ele quiser, e quem ele quiser são geralmente aqueles que votam a favor dele e dos projetos do governo”, afirmou.

A principal alteração no parecer preliminar foi que o Ministério da Economia poderá enviar ofícios para alterar as rubricas previstas na LOA para adequá-la à promulgação da proposta de emenda constitucional (PEC) dos Precatórios e a novos parâmetros econômicos.

A que ponto chegamos neste governo que se diz moralmente perfeito. Em verdade vos digo: nunca houve tanta corrupção no país. Agora às claras. No orçamento da República, bilhões de reais são postos à disposição dos parlamentares para usos eleitorais, às nossas custas. Bolsonaro é a negociação de si próprio. O que está acontecendo é corrupção das grossas e às claras: dinheiro público para fins eleitorais e ninguém se dá conta ou então é cúmplice. “Sepulcros caídos”, como dizia Jesus (falta de vergonha, num país de elites idiotas e povo desinformado).

Um cenário de inflação disseminada levou

o índice de Preços ao Consumidor — Classe 1 (IPCC1), que mensura inflação entre os mais pobres, a saltar de 0,73% para 0,97% de outubro para novembro, informou a Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Em 12 meses, os dois indicadores também acumulam, até novembro, taxas similares. Enquanto o IPC-CI registra alta de 9,89% até novembro, em 12 meses, o IPC-BR tem alta acumulada de 9,88% no mesmo período. “A inflação se espalhou. Ela não pertence mais aos mais humildes”, e completou: “Podemos dizer que a inflação está mais ‘democrática’ este ano. Não está somente entre os mais pobres”.

A chamada “democratização” da inflação, não parece longe de acabar, sobre continuidade desse cenário de inflação mais disseminada entre ricos e pobres, os sinais até o momento é de que isso vai continuar porque não há sinais de arrefecimento inflacionário nos itens que estão mais caros (atualmente).

Afora a inflação, a custo domada ou diminuída a níveis aceitáveis desde o Plano Real, ao tempo de Itamar Franco como presidente e Fernando Henrique Cardoso, que teve coragem de levar à frente o plano real, instituindo a nova moeda estabilizadora da inflação, como já dissemos. É de perguntar, do ponto de vista econômico, o que esse governo de falastrões faz pelo Brasil! O IBGE responde, acrescentamos mais 4 milhões de pessoas na subclasse da pobreza absoluta. Um mandato presidencial que queremos esquecer, pretensamente ideológico de direita e inepto na gestão da “res pública”.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Financiando os acepipes

Na prática, o Estado brasileiro já está submetido ao sistema parlamentarista, mesmo que esse modelo tenha sido posto de lado pela população em duas ocasiões distintas, tanto em outubro de 1962, quanto em 21 de abril de 1993. Nas duas ocasiões, o plebiscito apontou que os brasileiros não desejavam o parlamentarismo e até temiam que esse modelo de governo entregasse o Estado, de porteira fechada, em mãos de grupos políticos, que, historicamente, sempre defenderam vantagens e privilégios para si e seus correligionários, deixando a população à margem.

Para a população, a concentração de parte do poder em mãos de uma única pessoa, como ocorria na monarquia, tornaria mais fácil o controle das crises institucionais, tanto na identificação da origem do problema, quanto na solução, pela substituição do mandatário nas próximas eleições.

O fato, especificamente, é que a população nunca, em tempo algum, manifestou confiança na classe política nacional. Talvez, por conhecê-los de perto. Talvez, por ter buscado, em vão, nesses grupos alguma virtude republicana. Ou por ter encontrado neles vícios insanáveis.

Ainda assim, com toda essa desconfiança, nossa classe política tem conseguido, à margem do que quer o cidadão votante, controlar o Estado. Não pelo meio legítimo que viria com a instalação de um parlamentarismo, via alteração constitucional, mas pelo caminho enviesado do chamado presidencialismo de coalizão, que, no nosso caso, redundou num aleijão do tipo cooptação.

Mensalões e, agora, emendas secretas repetem esse modelo enviesado de parlamentarismo torto, feito pela pressão de grupos concentrados em bancadas, que retiram do governo, ou mais precisamente do erário, as vantagens que anseiam, mesmo que elas não estejam em total desacordo com os ditames da ética pública.

É o que temos, um parlamentarismo fantasma, com o governo, até por vontade própria, refém de grupos políticos poderosos. Nada de bom para a cidadania pode acarretar desse modelo. O que se colhe dessa má organização política do Estado é o caos, na forma de crises institucionais cíclicas, corrupção, inflação e o consequente aumento da miséria, algemando o futuro do país a um “terceiro mundismo” que, ao fim e ao cabo, interessa muito a esses grupos no poder.

O terceiro mundo é aquele ponto geográfico no planeta ao qual o Brasil integra desde sempre, onde a multiplicação da miséria da população catalisa, em sentido inverso, a prosperidade desses grupos no poder. Exemplo maior desse desmanche de governabilidade, a misturar parlamentarismo de resultados com presidencialismo personalista, pode ser conferido de modo claro na derrubada, agora, pelo Congresso, do veto do Executivo, que, na prática, quase triplica as verbas destinadas ao financiamento das campanhas dos candidatos em 2022.

Dos R\$ 2,1 bilhões, que já seriam um escândalo num país mergulhado em crise histórica, para R\$ 5,7 bilhões. Valor esse que será somado a mais R\$ 1,1 bilhão destinado ao fundo partidário. São ao todo, portanto, R\$ 6,8 bilhões dos recursos públicos arrancados por grupos políticos diretamente da população para o que chamam de grande festa da democracia. A questão aqui é que, para essa festa, o povo só entra com o financiamento dos acepipes.

» A frase que foi pronunciada

“Não é necessária uma maioria para prevalecer... mas, sim, uma minoria irada e incansável, ansiosa por provocar incêndios de liberdade nas mentes dos homens.”

Samuel Adams

União

» Depois de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre, Brasília está em rebulição com a venda dos imóveis funcionais do Ministério da Economia em áreas nobres da cidade.

Taguatinga

» Por demanda da deputada Erika Kokay, audiência pública discute a inclusão do Mercado Sul de Taguatinga como patrimônio material e imaterial do Distrito Federal.

Surpresa

» A novidade agora é o aparecimento de caracóis, caramujos gigantes que parecem dos africanos, pelo Lago Norte.

Mapa

» Nessa época de chuva, a dengue vem se espalhando pelo Distrito Federal. A população pode visualizar o mapa epidemiológico disponibilizado pela página da Secretaria da Saúde. Veja no *Blog do Ari Cunha*.

» História de Brasília

A Torre de Televisão não será inaugurada no dia 21 de abril por negligência de Volta Redonda. O Conselho da Novacap já aprovou a operação, já mandou pagar, a torre está quase toda pronta, e a Siderúrgica não mandou ninguém a Brasília para assinar o contrato. Enquanto isto, as estações de televisão ficam prejudicadas, não podem importar material para torre própria e vão aguardando o tempo sem fim. (Publicada em 16/02/1962).

O pomo da Crimeia

» JORGE FONTOURA
Professor e advogado

Lugar de recorrentes conflitos bélicos, a simples menção da Crimeia faz desde logo evocar a guerra e seu cortejo de tragédias. Agora, no pesaroso final de ano, a península ucraniana volta à lembrança, em mais um capítulo do ancestral confronto pan-eslavo, de cultura forjada a ferro e sangue. Embora seja mais um de tantos episódios milenares de tensão entre russos e vizinhos, agravam-se os atuais perigos, com o envolvimento direto da União Europeia e Estados Unidos, de desdobramentos imprevisíveis, a poder produzir a mais complexa crise internacional do pós-guerra.

A presença latente do ímpeto imperial russo, ferido pela decadência econômica e pela exaustão de modelo, equivale a combustível sempre ativo, prestes a explodir em conflitos regionais nostálgicos de kremlins e de rublos. Com percurso histórico de guerras imemoriais, de invasões, ocupações e deportações, a Ucrânia personifica esses dramas, em seus quase 50 milhões de habitantes e de problemas. De ódio aos russos à separatistas que ao contrário desafiam Kiev e anseiam por invasão, há todo um rol de contradições de uma pátria confusa, há séculos em busca de si mesma, muito grande para ser apenas estado tampão, mas ínfima para enfrentar o vizinho poderoso, constrita a entregar seu arsenal nuclear.

Embora incontestável berço de cultura comum, a Ucrânia, que significa fronteira em

etimologia eslava, ainda segue em sua elaboração de pertencimento, do constructo como nação, não obstante o heroísmo histórico de seu povo, das guerras napoleônicas à segunda guerra mundial e à guerra fria. Vítima de opções econômicas desastrosas, com hábitos políticos herdados da gestão socialista, o país destila infortúnios, como se recorrentes separatismos fossem motivos únicos de endêmico atraso. O dilema se agrava na crise que agora escala, com a intromissão europeia de forma expressa, econômica e militar, aqui com a proposta de adesão à Otan consentida pelos Estados Unidos, em atitudes tomadas como intoleráveis por Moscou. Decerto, se a Rússia sem a Ucrânia é país, a Rússia com a Ucrânia é império.

Já disparado o alarme internacional que clama por contensão e distensão diplomática, a envolver grandes chancelarias do mundo, no plano interno o conflito traz para os ucranianos o enfrentamento que subjaz entre regiões, populações e gerações, inconciliáveis em preconceitos e dogmas. Contingentes humanos que se rechaçam em valores e ideais, com visões de mundo inconciliáveis, como na sombria e guerreira Donetsk, dispostos a todos os sacrifícios pela grandiosidade eslava, em oposição à colorida e ensolarada Lviv, hedonista e obcecada de ocidente, consumismo e modernidades.

Com a paz por um fio, muitos são os apelos e ultimatos da comunidade internacional,

como os dos chanceleres do G20, recém-reunidos justamente na emblemática Liverpool da Abbey Road, com o apelo da cidade em que os campos de morango serão para sempre. Teria sido por acaso? Por certo, apesar da contingência sincera de querer dar-se uma chance à paz, infelizmente os resultados práticos do summit foram pouco produtivos, a deixar às escâncaras a perigosa visão panglossiana de geração de líderes particularmente medíocres, sem o engenho de Monnet, a discrição de Kissinger ou a contundência de Merkel. Sem negociadores à altura das dificuldades que a questão da Ucrânia suscita, com riscos reais à manutenção da paz mundial, sem que a história tenha terminado ao final da guerra fria, como singelamente chegamos a crer com Fukuyama.

A par da experiência histórica do fracasso de políticas de apaziguamento em relação a eslavos e a seus imbroglis, bem como do pouco êxito de saídas pacifistas lastreadas em direito internacional, apenas alenta a certeza de serem as guerras no presente agônico da humanidade mais que imponderáveis. Máxime em face das consequências tão imprevisíveis, a mesclar complexas componentes identitárias e socioeconômicas, emolduradas em macro contenda geopolítica, de tantos e de tão difusos interesses. Como se percebe, nem sempre, como na mitologia grega, a culpa pode ser apenas da vaidade das deusas e de suas maçãs.